

# **As Cidades como Atores das Relações Internacionais\***

SOFIA JOSÉ SANTOS

Professora Auxiliar Convidada, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Investigadora do OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa, e Investigadora Associada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutorada em Política Internacional e Resolução de Conflitos, FEUC.

As suas áreas de preferência de investigação são, entre outras: Media e Relações Internacionais; Media, Paz e Violências; Media, Género e Prevenção de Violência.

Das suas publicações destacam-se:

- 1 – Santos, S.J.; Araújo, S.; Cravo, T.A. (2016). “Media intervention in post-war settings: Insights from the Epistemologies of the South”, Commons. Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital, v. 5. (2)
- 2 – Santos, S. J. (2015), "Os media como agentes de (des)securitização das sociedades: crónica de uma história inacabada e o desafio da outra metade", in Freire, R.; Barrinha, A. (org.), Segurança, Liberdade e Política. Pensar a Escola de Copenhaga em Português. Lisboa: ICS.

---

\* A autora agradece ao Professor Luís Moita os comentários que ajudaram a enriquecer este texto em diferentes momentos. Agradece também a Alexandre de Sousa Carvalho os comentários e sugestões feitos ao longo da construção e escrita do texto, assim como a revisão da tradução do texto originalmente escrito em Inglês.



## As Cidades como Atores das Relações Internacionais

*“As cidades, resumidamente, são uma característica permanente da política (mundial).”*  
(Acuto, 2015)<sup>1</sup>

*As cidades são “as nossas associações políticas mais interligadas e interdependentes,  
definidas/caracterizadas principalmente pela colaboração e pragmatismo,  
pela criatividade e pela multiculturalidade”*  
(Barber, 2013b)<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Tornou-se um lugar-comum dizer-se que os Estados são o principal ator nas Relações Internacionais, sendo amplo o número de autores que explícita ou implicitamente o reconhecem. Porém, a par com os Estados, as cidades emergem cada vez mais como um espaço onde a vida política, social, cultural, demográfica e económica se organiza de forma específica e, na sua especificidade, se desenvolve e interage internacionalmente, deixando de poder ser situadas “numa

---

<sup>1</sup> No original: “Cities, in short, are a permanent feature of (world) politics” (Acuto, 2015).

<sup>2</sup> No original: “ Cities are “the most networked and interconnected of our political associations, defined above all by collaboration and pragmatism, by creativity and multiculturalism” (Barber, 2013).

hierarquia em escala que as coloca abaixo do patamar nacional, regional e global” (Sassen, 2007: 102).<sup>3</sup>

Através de entidades públicas e privadas, as cidades operam cada vez mais ao nível global com evidentes repercussões locais e internacionais, cruzando áreas tão distintas como a política (nacional e internacional), as políticas públicas, a economia, a cultura, o meio ambiente, a segurança, entre outras (Acuto, 2015). Como consequência, as cidades tornam-se cada vez mais um dos locais estratégicos onde operações poderosas e com influência em todas as áreas ocorrem (Sassen, 2007; Acuto, 2015), assumindo o poder de influenciar dinâmicas e decisões internacionais relevantes para o próprio sistema internacional. Na verdade, as cidades assumem-se hoje como “um dos espaços do global, e (...) [envolvem] o global diretamente, muitas vezes ultrapassando o [espaço] nacional” (Sassen, 2007: 102).<sup>4</sup>

Esforços para atribuir às cidades a mesma importância analítica e de “agency”<sup>5</sup> que os Estados encerram nas Relações Internacionais tem constituído um enorme desafio para a disciplina. As Relações Internacionais enquanto disciplina são predominante e tradicionalmente informadas por um paradigma centrado no Estado e baseadas numa ontologia que privilegia o entendimento do sistema internacional enquanto anárquico e liderado por Estados soberanos com base territorial (Curtis, 2010). A marginalização das cidades enquanto ator das RI pode ser de algum modo justificada como um produto da “camisa de forças de Vestefália” (Barthwal-Datta, 2009) ou, em outras palavras, como decorrente da impossibilidade de romper com o entendimento do Estado-nação enquanto pedra angular do sistema internacional e de reconhecer, consequentemente, outros atores internacionais que não o Estado.

No entanto, nos últimos anos, estudos no âmbito das Relações Internacionais começaram a considerar e argumentar a importância fundamental das cidades *per se* na ordem internacional (e.g. Acuto, 2013; Barber, 2013<sup>a</sup>; Barber, 2013<sup>b</sup>; Bouteligier, 2013; Curtis, 2010, 2013; Kissack, 2013; Atwell, 2013; Calder e Freytas, 2009; Tavares, 2013) e, consequentemente, a questionar a ideia de que o Estado (e/ou subsequentes organizações de Estados) seja, de facto, a unidade de análise mais importante e fundamental das RI e o ator central e incontornável da esfera internacional.

---

<sup>3</sup> No original: “be located simply in a scalar hierarchy that puts it below the national, regional, and global” (Sassen, 2007: 102).

<sup>4</sup> No original: “one of the spaces of the global, and (...) [engage] the global directly, often bypassing the national” (Sassen, 2007: 102).

<sup>5</sup> A autora optou por manter o termo “agency” em Inglês, uma vez que sintetiza melhor do que qualquer tradução para português a característica e ação a que o termo se refere.

Porém, ainda que atrativa (Aust, 2015) e promissora, a literatura emergente é ainda pouco consolidada – porque recente e escassa (Curtis, 2010) – e restringe o seu corpo analítico aos eixos estratégicos urbanos das relações internacionais designados de “cidades globais”, seja essa globalidade assegurada pela sua supremacia económica (Sassen, 1991) ou política (Calder e Freytas, 2009). Nova Iorque, Londres, São Paulo ou Tóquio não são exemplos do primeiro caso e Washington ou Bruxelas exemplos do segundo. Ao dar visibilidade enquanto “cidades globais” apenas a centros urbanos macro, descartando as cidades médias e/ou pequenas como pontos ou nós menos importantes ou mesmo inexistentes em termos de “agency” internacional, a literatura existente tem reproduzido aquilo que diz criticar e tentar superar na literatura tradicional de Relações Internacionais: conformar-se a padrões analíticos conservadores que equivocadamente optam por uma escala que reconhece apenas os critérios macro.

Baseando-se em dois pressupostos – (1) ter “agency” internacional é ser capaz de influenciar as Relações Internacionais e (2) que a internacionalização é uma dimensão-chave da influência internacional – este artigo argumenta que:

As cidades são um princípio organizador e unidade de análise nas RI em linha com os Estados. Isto é, são simultaneamente uma categoria analítica nas RI – uma vez que nos permitem entender as Relações Internacionais – e um ator das RI – pois influenciam e são influenciadas pela esfera internacional – devendo ser consideradas como tal;

Apesar da literatura dominante sobre o tema da “agency” de cidades nas RI se focar em “cidades globais” macro, as cidades médias e pequenas também detêm essa mesma capacidade de influência no âmbito da esfera internacional, em particular (embora não exclusivamente) através das atividades municipais paradiplomáticas;

Contrariamente à literatura existente focada exclusivamente na área económica e financeira e na alta política, existem muitas outras áreas através das quais as cidades se envolvem na esfera internacional e esta se envolve na vida das cidades.

O capítulo encontra-se dividido em três partes. A primeira explora o conceito de ator e os diferentes argumentos que levam a afirmar a cidade como um ator internacional. A segunda parte demonstra que as cidades médias e pequenas também podem ser cidades globais e que a internacionalização das cidades excede em muito as áreas temáticas da economia e finança ou a da alta política. Finalmente, a terceira parte explora a paradiplomacia como um instrumento de ação internacional das cidades.

O exercício analítico a que este capítulo se propõe é feito procurando um equilíbrio difícil entre o tradicional e o novo, o contínuo e o descontínuo, o visível e o invisibilizado que Alder (2014) e Aust (2015) ajudam a explicar.

Para Alder (2014: 45), mostrar a importância das cidades dentro do e para o sistema internacional corre o risco de ser um exercício tão desnecessário como o de “perguntar qual é o impacto do fluxo da água num rio, já que o fluxo da água é o rio”<sup>6</sup>. A tarefa de descortinar o óbvio de forma precisa pode ser um enorme desafio, especialmente porque, por um lado, apesar do facto “do que vemos hoje ir além da tradicional geminação de cidades que se disseminou maioritariamente depois da II Grande Guerra, ou tentativas isoladas dos municípios para responder a desafios e desenvolvimentos globais (...)[,] não se deve cometer o erro de tomar esses fenómenos como novidades completas” (Aust, 2015: 258)<sup>7</sup>; por outro lado, toda a dimensão e intensidade da presença das cidades na esfera internacional desafia o conhecimento já construído nessa área.

## O DEBATE EM TORNO DAS CIDADES COMO ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apesar de o Estado ser o ator internacional tradicionalmente reconhecido pelas Teorias das Relações Internacionais, emergiram também em diferentes períodos tentativas de alargar esse estatuto analítico a outros atores com atuação internacional. Keohane e Nye (1971) foram dos teóricos das Relações Internacionais que deram um dos mais importantes contributos para o alargamento do paradigma estatocêntrico existente a partir do momento em que reconheceram que outros atores para lá do Estado (e.g. multinacionais, sindicatos, Igreja Católica) desempenhavam papéis cruciais nas Relações Internacionais devendo, por isso, ser considerados enquanto tal no âmbito da disciplina. Na verdade, segundo estes autores, a política internacional é constituída por interações políticas que se estabelecem entre atores autónomos que detêm um controlo substancial de recursos relevantes para uma determinada área ou sector e que participam em relações políticas internacionais (Keohane e Nye, 1971: 730). Ou seja, o que faz um sujeito específico ser considerado um ator das RI é a sua capacidade para interagir nas relações internacionais, influenciando a esfera internacional e recebendo

---

<sup>6</sup> No original: “to asking what the impact of the flow of water is on a river, since the flow of water is the river” (Alder, 2014: 45).

<sup>7</sup> No original: what we see today goes beyond traditional town-twinning, a movement to connect cities across borders which sprang up mostly after World War II, or isolated attempts by municipalities to respond to global challenges and participate in global developments (...) [, and, hence] one should not make the mistake of taking these phenomena as complete novelties” (Aust, 2015: 258)

do, por sua vez, influência do internacional. Num mundo crescentemente globalizado e onde questões como ambiente, direitos humanos, desenvolvimento sustentável ou comércio têm um pendor urbano muito forte, atores sub-estatais, como é o caso das cidades, reúnem esse mesmo potencial (Cohn e Patrick, 1996).

Diferentes tipos de argumentos têm desafiado o entendimento dominante que perceciona as cidades como atores irrelevante do sistema internacional. No essencial, e antes de passar à enunciação de argumentos e debate sobre esta matéria nas diferentes áreas temáticas, podemos identificar cinco argumentos principais que tentam demonstrar a centralidade das cidades no atual sistema internacional.

Em primeiro lugar, a maior parte das relações internacionais no mundo integram na sua maioria relações entre cidades cruzando diferentes áreas temáticas e operacionais do sistema internacional. Em segundo lugar, “o que é hoje visto como políticas urbanas é cada vez mais permeado por questões que de vez em quando tocam a chamada ‘alta política’” (Ljungkvist, 2014: 42). Em terceiro lugar, as dinâmicas em curso mostram que “não é apenas o internacional que tenta chegar às camadas mais exteriores do Estado, mas que é o próprio interior do Estado que se empurra para fora” (Eslava, 2014: 260), um fenómeno que Susan Strange (1995: 56) cunhou como “fugas” (para cima, para os lados e para baixo) de poder do estado territorial, e que questiona cada vez mais a ideia de que as questões podem ser apenas enquadradas como puramente municipais, puramente nacionais ou puramente internacionais (Eslava, 2014). Em quarto lugar, ainda que haja uma insistência em entender o sistema internacional como um sistema anárquico baseado na segurança e no Estado, existe também um entendimento cada vez mais consensual que o sistema internacional é definido e influenciado crescentemente por outros atores e dinâmicas que vão além do Estado (Booth, 2005; Alger, 2014) e que integram outras esferas para além da da segurança (Nye, 2004; Keohane e Nye, 2012; Barber, 2013b). Em quinto lugar, a intensidade de urbanização das nossas cidades e o seu papel enquanto nós importantes incluídos na globalização da rede tornaram as cidades um “pólo de internacionalização fundamental” (Curto *et al*, 2014) e, subsequentemente, um importante ator da nova diplomacia não-estatal – i.e., “paradiplomacia” (Aldecoa *et al.*, 1999; Neves, 2010; Curto *et al*, 2014;) ou “city diplomacy” (Pluijm, 2007) – com uma capacidade de atuação, interação e impacto a nível internacional.

As grandes cidades dos dias de hoje emergiram como um lugar estratégico para uma imensa panóplia de novos tipos de operações em diferentes áreas temá-

ticas (Sassen, 2005). De facto, “múltiplos processos de globalização assumem formas localizadas concretas, redes eletrônicas cruzam-se com ambientes espessos (tanto centros financeiros, como reuniões de ativistas), e novas subjetividades emergem destes encontros entre as pessoas de todo o mundo” (Sassen, 2012)<sup>8</sup>. Neste sentido, “as cidades globais transcendem os nossos quadros de referência tradicionais e dominantes das RI, ultrapassando hierarquias de escala (globo, estado, região) e políticas (supra-nacional, governamental, regional e local) perfurando as camadas da soberania do sistema de Westfália” (Acuto, 2013: 159)<sup>9</sup>. Esta seção sintetiza alguns dos argumentos que sustentam a importância das cidades como atores centrais do sistema internacional de hoje, tendo em conta as diferentes áreas temáticas a partir das quais e nas quais os argumentos são desenvolvidos.

## O ARGUMENTO DEMOGRÁFICO

O tamanho da população tem evidentes repercussões no poder que o espaço que esta ocupa acaba por encerrar, uma vez que é um elemento significativo de poder em contexto de situações competitivas (Leroy, 1978). Nesta linha, os espaços urbanos têm vindo a afirmar uma clara vantagem face aos rurais, sendo o ano de 2007 o ano claro da viragem: pela primeira vez, a população global urbana excedeu a população global rural e, desde então, a população mundial tem permanecido essencialmente urbana (UNDESAPD, 2014), estimando-se que em 2017, mesmo em países menos desenvolvidos, a maioria da população viva nas cidades (WHO, s/d)<sup>10</sup>.

Porém, ainda que o número total de população seja um elemento importante, a sua composição é em nada irrelevante quando se reflete sobre influência e interação na esfera internacional. As características de uma determinada população afetam a economia, a sociedade, a política, a cultura e a segurança do espaço que a acolhe. Por exemplo, do ponto de vista económico e militar, uma população com um *rácio* de dependência baixo pode mobilizar mais

---

<sup>8</sup> No original: “multiple globalization processes assume concrete localized forms, electronic networks intersect with thick environments (whether financial centers or activist meetings), and new subjectivities arise from the encounters of people from all around the world” (Sassen, 2012).

<sup>9</sup> No original: “global cities transcend our traditional and IR-dominated theoretical frames of reference, bypassing scalar (globe, state, region) as well as political (supra-national, governmental, regional and local) hierarchies and piercing through the layers of sovereignty in the Westphalian system” (Acuto, 2013: 159).

<sup>10</sup> Em 2014, a população urbana representava já 54% da totalidade da população global e espera-se que continue a crescer entre 2015 e 2025 um valor aproximado de 1,84% e, entre 2025 e 2030 um valor de 1,63% (WHO, s/d).



recursos humanos do que uma população com *rácios* de dependência mais altos (Leroy, 1978: 3)<sup>11</sup>. Elementos demográficos que influenciam comportamentos de grupos na política interna afetam do mesmo modo as escolhas dos Estados como unidades interdependentes e/ou em competição na esfera internacional. Por outro lado, a demografia também influencia o papel das cidades com repercussões no sistema internacional. Acolhendo a maioria da população global, as cidades detêm “grande flexibilidade operacional e conseguem desenvolver uma aprendizagem, criatividade e inovação melhoradas” (Curtis, 2011: 4)<sup>12</sup>, assim como garantir uma elevada produtividade e uma grande diversidade cultural. A população urbana é, na verdade, cada vez mais caracterizada por populações de proveniências geográficas e culturais diferentes que encerram distintos percursos e estatutos socio-económicos e com uma idade média mais nova do que nas zonas rurais (Anthony, 2015). Como argumenta Alger (2014:35), à medida que cresce o número e diversidade de pessoas que vivem nas cidades perseguindo os seus interesses e necessidades na área da banca, da educação, da indústria, da medicina, do lazer, da investigação, entre outras, estas atividades e dinâmicas e as suas repercussões têm um impacto não apenas internacional no espaço urbano, mas também um impacto que ultrapassa as fronteiras nacionais destas cidades.

## O ARGUMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Diferentes dinâmicas e exemplos na história recente mostram o peso crescente que as cidades têm vindo a conquistar nas relações políticas internacionais (Atwell, 2014). À medida que as cidades ganham importância e centralidade, as relações diplomáticas entre cidades e outros Estados-nação são promovidas e ultrapassam, não raras vezes, as estabelecidas entre Estados. Em 2014, Atwell (2014: 374) frisava, por exemplo, que o governador de São Paulo recebia mais presidentes e chefes-de-Estado do que a então Presidente Dilma Rouseff. Muitas cidades abrem também representações em países estrangeiros para proteger e garantir os seus interesses específicos: Gutemburgo, Lodz e

---

<sup>11</sup> No original: “while there are, obviously, a host of other factors involved, one would hardly expect Luxembourg – whatever its level of automation – to produce as much as India. Likewise, populations of the same size and level of economic development differ in their age structure. Those with low dependency ratios – the number of persons in the non-productive ages over the number of adults (counted as those between 15 or 20, and 60 or 65) – can mobilize more manpower for economic and military purposes than those with high dependency ratios” (Leroy, 1978: 3).

<sup>12</sup> No original: “greater operational flexibility and enhanced learning, creativity and innovation” (Curtis, 2014: 7).

Liverpool têm as suas próprias representações em Bruxelas para garantir mais oportunidades promovidas pela União Europeia (Tavares, 2016b). Da mesma forma, as cidades acolhem as sedes de muitas organizações internacionais (governamentais e não-governamentais). Alger (2014: 46) é particularmente elucidativo neste ponto quando afirma que “as cidades são nós do sistema internacional, fornecendo as estruturas para o ligar (...) [entre as quais estão as] sedes a partir das quais sistemas internacionais governamentais e não-governamentais são controlados”<sup>13</sup>. As cidades são também membros de organizações internacionais, sendo difícil encontrar uma cidade que tenha mais um milhão de habitantes que não participe em acordos multilaterais internacionais (Tavares, 2016b). Alguns exemplos destas organizações que as cidades integram são: Local Governments for Sustainability (ICLEI), United Cities and Local Governments (UCLG) ou the Cities Climate Leadership Group (C40). Na verdade, uma das áreas onde a presença das cidades é particularmente visível ao nível político-institucional é a área do ambiente, na qual têm tomado gradualmente a liderança no que toca a discutir e procurar soluções para as alterações climáticas particularmente através de redes de cidades (Nijman, 2009). Um dos exemplos concretos frequentemente citados (Aust, 2015) é o papel desempenhado pela “C40 network of global cities”. Apesar de ter começado em Londres com o Presidente da Câmara de então, Ken Livingstone, que queria definir uma agenda para Londres como uma cidade global verde (Aust, 2015), a rede acabou por juntar várias outras cidades de todo o mundo. As “redes de cidades para a governação ambiental global mostram como as cidades importam para além dos seus territórios e são uma expressão do nosso mundo globalizado onde as normas e as práticas são modeladas por redes dispersas” (Bouteligier, 2013: 2)<sup>14</sup>. Para além disso, o ambiente é também uma das áreas mais interessantes de presença das cidades na esfera internacional, uma vez que frequentemente as cidades têm posições opostas às dos seus Estados nesta matéria, o que evidencia a autonomia e relevância do papel das cidades na política internacional.

---

<sup>13</sup> No original: “cities are nodes in international systems, providing the facilities that link international systems (...) headquarters from which both governmental and nongovernmental international systems are controlled” (Alger, 2014: 46)

<sup>14</sup> No original: “City networks for global environmental governance show how cities can matter beyond their own territories and are one expression of our globalizing world in which norms and practices are shaped and dispersed through networks” (Bouteligier, 2013: 2).

## O ARGUMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO

De acordo com Calder e Freytas (2009: 81), o poder económico das cidades globais ultrapassa o seu poder político em termos de afirmação no sistema internacional, ainda que não deva haver uma posição determinística de análise da posição relativa destes factores, i.e., “a posição de uma dada cidade em termos políticos e económicos pode mudar, o que frequentemente acontece” (Calder e Freytas, 2009: 82).

Apesar dos fluxos de capital, trabalho, bens, matérias-primas, turismo, ou transacções financeiras internacionais não serem um fenómeno novo, o facto é que antes eles tinham lugar dentro do sistema interestatal, i.e., num contexto em que “os articuladores-chave eram os Estados nacionais” (Sassen, 2005: 27)<sup>15</sup>. Nos dias de hoje, porém, os territórios estratégicos são essencialmente as cidades globais (Sassen, 2005). Um exemplo recente da influência que as cidades desempenham ao nível económico é o acordo assinado entre Chicago e a Cidade do México (Atwell, 2014) que lança uma ambiciosa parceria envolvendo iniciativas conjuntas de comércio, inovação, educação, expansão industrial e melhor competição global (Liu e Donahue, 2013 *apud* Atwell, 2014).

De facto, “com a crescente urbanização, algumas cidades, estados/províncias e regiões têm economias do tamanho de economias estatais” (Policy Horizons Canada, 2014: 58)<sup>16</sup>. O PIB de Nova Iorque é maior do que o de Espanha ou da Coreia do Sul; São Paulo é mais rica do que a Argentina, Paraguai, Uruguai; e Guangdong é mais rica do que a Rússia ou o México (Pichot, 2016). A região de São Paulo, por exemplo, ocupando o 19º lugar na economia mundial, segue a sua própria agenda internacional como se fosse um Estado (Atwell, 2014). Consequentemente, as cidades “adotaram políticas internacionais anteriormente apenas reservada aos governos nacionais (...) para garantir a protecção dos seus interesses no estrangeiro” (Policy Horizons Canada, 2014: 58)<sup>17</sup> – não significando, isso, necessariamente (ainda que tal se possa verificar) um desafio à autoridade estatal, mas antes a autonomização das cidades e da sua vida na esfera internacional.

---

<sup>15</sup> No original: “the key articulators were national states” (Sassen, 2005: 27).

<sup>16</sup> No original: “[w]ith rising urbanization, some cities, states/provinces and regions have economies the size of countries” (Policy Horizons Canada, 2014: 58).

<sup>17</sup> No original: “have adopted international policies previously reserved for national governments and mustered resources to ensure the protection of their interests abroad” (Policy Horizons Canada, 2014: 58).

## O ARGUMENTO CULTURAL

A cultura é uma das áreas em que a internacionalização da cidade é particularmente evidente, uma vez que consegue projetar e exportar as produções culturais no mercado mundial (Keating, 2013: 5), ao mesmo tempo que recebe muitos artistas – individuais e coletivos nos seus espaços públicos e culturais.

Porém, as cidades não projetam e exportam apenas, mas são também incubadoras de novas formas de expressão cultural e de globalização de criatividade (Beekmans, 2013). Pelos seus fluxos de internacionalização e a sua posição privilegiada dentro do sistema internacional, o que acontece ou é criado numa cidade pode tão ou mais facilmente ser adotada na “aldeia global” (i.e., internacionalizar-se globalmente) do que no próprio Estado onde se insere. Cultura, acontecimentos e ideias urbanas estão a tornar-se cada vez mais marcas que correm o mundo (Beekmans, 2013.) Entre os exemplos que podem ser identificados, estão a conhecida tribo urbana *hipster* ou a iniciativa “Before I Die” (“Antes de eu morrer”, em português), que tendo começado em Nova Orleães está hoje também presente em Berlim, Melbourne, Abu Dhabi, Budapeste, Joanesburgo, Amesterdão, Austin, Belfast, Buenos Aires e Beirute entre muitas outras cidades<sup>18</sup>.

A esfera internacional é também particularmente interessante para as cidades quando a língua destas é diferente da língua oficial do Estado ao qual pertence (Keating, 2013) e para as quais promover a cidade ou região enquanto entidade cultural autónoma (e.g. Catalunha ou o País Basco, em Espanha) é uma estratégia de afirmação nacional e internacional.

## O ARGUMENTO SECURITÁRIO E CONTESTATÁRIO

Do ponto de vista do desafio e contestação à ordem estabelecida, a densidade populacional das cidades assim como a natureza da sua população – maioritariamente mais jovem e proveniente de múltiplos e diversificados contextos sociais, culturais e económicos – e o seu ritmo de vida facilitam que as cidades sejam palcos privilegiados tanto do ponto de vista securitário como contestatário.

---

<sup>18</sup> Através desta iniciativa, as pessoas escrevem num quadro exposto no seu bairro os seus sonhos (Beekmans, 2013). Para conhecer mais sobre esta iniciativa, veja aqui: <http://beforeidie.cc/site/>.

Do ponto de vista securitário, a escala urbana emerge cada vez mais como um espaço para ação internacional de segurança nacional, nomeadamente face ao crime internacional e a ataques terroristas – como o provam os recentes ataques de Paris ou Bruxelas reivindicados pelo Daesh. Também políticas de contestação acontecem primordialmente em espaços urbanos e cada vez mais em rede. A Primavera Árabe, o movimento das *Acampadas* em Espanha, o protesto da *Geração à Rasca* em Portugal e o *Occupy Wall Street* nos EUA tiveram lugar em cidades e partilharam entre eles não só inspiração, mas também metodologias. Sassen (2007) fez notar que a cidade global é a principal porta de embarque para reivindicações a partir de baixo e para desafiar o *status quo* das políticas urbanas, nacionais e internacionais. A cidade global oferece um espaço único de envolvimento (Cox, 1998 e Sassen, 2007 *apud* Acuto, 2013) onde a contestação pode acontecer (*Idem*).

## AS CIDADES GLOBAIS

Quando somos confrontados com a ideia de cidade, salta aos nossos olhos uma imagem praticamente intuitiva e clara do que uma cidade significa e do que integra. Características, serviços, dinâmicas e velocidades específicas que lhes atribuímos criam esse lugar-comum. Porém, quando tentamos traçar fronteiras analíticas nos elementos e agentes que personificam a cidade enquanto ator internacional, a intuição deixa de funcionar. Um entendimento claro do que integra a cidade como ator internacional depende de escolhas analíticas deliberadas que evidencia ou secundariza umas camadas, umas interpretações e uns agentes em detrimento de outros tantos. Consequentemente, diferentes conceções do que significa uma cidade enquanto ator internacional pode emergir. Tentando lidar com este desafio, diferentes autores trouxeram para debate propostas de conceitos que sintetizam os processos e o conceito da cidade como um ator internacional.

Sassen (1991; 2005; 2007) cunhou o termo “cidade global”<sup>19</sup> com o objetivo de chamar a atenção para a globalização económica e a forma como esta e as cidades interagem e se constroem mutuamente através de redes e nós estratégicos de fluxos de capital e de informação (Sassen, 2005). O objetivo da autora era o de sublinhar a emergência das cidades como um ator internacional relevante num sistema novo forjado pela globalização económica, que

---

<sup>19</sup> No original: “global city” (Sassen, 1991; 2005; 2007).

integra um novo tipo de estrutura organizativa (Sassen, 2005), e em que o Estado parece estar em inevitável declínio (Ibidem). Para Sassen, foram vários os fatores que promoveram uma alteração da relação entre cidades e a economia global e que levaram à emergência do que apelida de “cidade global”. Especificamente, Sassen refere-se à crescente privatização, desregulação e abertura das fronteiras a empresas estrangeiras e à simultânea participação crescente de atores nacionais em mercados globais (Sassen, 2005) – ou seja, um fluxo de trocas e presença recíprocas entre o nacional e o internacional, sobretudo em matéria económica e financeira, e que se tende a concentrar num número limitado de cidades. Dentro destes fluxos, as cidades emergem como interlocutores principais em detrimento do Estado nacional, transformando-se nos pontos estratégicos para diferentes operações económicas e financeiras, entre outras (Sassen, 2007). A cidade global é um ponto significativo de serviços financeiros e de produção que sustentam a economia global. Uma característica que define as cidades globais neste sentido é não poder “ser localizada simplesmente numa hierarquia de escala que a coloca abaixo do nacional, regional e global”. A cidade é “um dos espaços do global, e envolve o global diretamente, muitas vezes ignorando ou ultrapassando o nacional” (Sassen, 2007: 102)<sup>20</sup>. Como exemplo do seu entendimento de “cidade global”, Sassen dá o exemplo de Nova Iorque, Londres e Tóquio.

Refletindo sobre a proposta de Sassen (2001), Aust (2015) sintetiza quatro características que Sassen (2001 *apud* Aust, 2015) identifica como definindo a natureza da “cidade global”:

- (i) Pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial;
- (ii) Localizações-chave para serviços financeiros ou especializados;
- (iii) Sítios de produção não apenas materiais, mas também ideacionais;
- (iv) Mercados para os produtos e as inovações produzidas.

Há nesta proposta concetual de Sassen uma concentração nas grandes cidades financeiras, descurando todas as outras cidades da capacidade de fazer parte de fluxos e interações globalizadas.

Adicionando uma dimensão política à proposta de Sassen, Calder e Freytas (2009) cunharam o termo “*cidade política global*”<sup>21</sup> como uma cidade que “apresenta as características de uma cidade global, tal como conceptuali-

---

<sup>20</sup> No original: ‘this type of city cannot be located simply in a scalar hierarchy that puts it below the national, regional, and global. It is one of the spaces of the global, and it engages the global directly, often bypassing the national’ (Sassen, 2007: 102).

<sup>21</sup> No original: “*global political city*” (Calder e Freytas, 2009).

zada por Sassen, mas que também serve como micro-cenário para transações políticas globais”. Os elementos-chave deste tipo de cidade incluem 1) ser um centro de formulação de políticas e exercer uma influência desproporcional nos debates sobre as políticas globais; (2) ter uma comunidade político-diplomática com redes densas de atores oficiais e não-oficiais que dão forma aos assuntos internacionais; e funcionarem como complexos de informação estratégica (Calder e Freytas, 2009: 80, 81). Neste sentido, “Washington D.C. é sem dúvida a cidade política global mais importante no mundo, sendo que essa sua importância está intimamente relacionada com a influência política global dos EUA” (Calder e Freytas, 2009: 84)<sup>22</sup>.

Independentemente da especificidade das abordagens e tónicas conceptuais e analíticas, há denominadores comuns que constituem a essência do que define uma cidade global: uma cidade onde dinâmicas económicas, político-institucionais, culturais, contestatárias globais, parcialmente des-territorializadas, mas ligadas em rede, estão ancoradas ganhando formas concretas e localizadas (Sassen, 2005), espalhadas por todo o mundo.

## PARA LÁ DA ESFERA ECONÓMICA E POLÍTICA E PARA LÁ DAS CIDADES MACRO

Ainda que a literatura dominante se centre nas duas esferas mais visíveis do fenómeno da interação entre cidades e globalização – económico-financeira e alta política -, é evidente que existem muitas mais áreas globais – como movimentos culturais e políticos (Milano e Ribeiro, 2011), fluxos turísticos, conhecimento – e que devem ser consideradas quando se estuda as cidades globais. As grandes cidades de hoje emergem como locais estratégicos para vários tipos de operações e em várias dimensões— políticas, económicas, culturais (Sassen, 2005) e contestatárias. Os exemplos dados na secção *O debate em torno das cidades como atores das Relações Internacionais* deste capítulo são elucidativos da realidade globalizada e em rede da cidade que vai além destas duas esferas mais evidentes.

Por outro lado, apesar da literatura dominante reconhecer (implícita ou explicitamente) que só as grandes cidades são globais, a verdade é que com o atual

---

<sup>22</sup> No original: “Washington DC is undoubtedly the most important ‘global political city’ in the world and its significance is closely related to the global political influence of the United States” (Calder e Freytas, 2009: 84).

contexto de “interdependência complexa” (Keohane e Nye, 1987) e de fronteiras que se esbatem e são substituídas por redes, fluxos e interações, também as cidades médias e pequenas devem ser consideradas e analisadas como atores internacionais na sua especificidade.

Em termos de escala, quando as coisas são mais pequenas ou maiores os princípios e os processos básicos que as apoiam ou que elas próprias criam e sustentam são fundamentalmente os mesmos – é uma questão de progressão de tamanho (Donald, 2011). Por exemplo, todas as empresas independentemente do seu tamanho contratam trabalhadores, têm um departamento de Recursos Humanos e de Contabilidade e têm como objetivo o lucro. Porém, gerir ou trabalhar para uma empresa familiar ou para uma multinacional não é a mesma coisa. Na verdade, se, por um lado, ser mais pequeno é apenas uma questão de escala, por outro lado, quando uma unidade é maior ou mais pequena, não é só a escala que muda (Ibidem). As especificidades decorrentes da escala tornam o sujeito ou objeto fundamentalmente diferentes de outros seus semelhantes mais pequenos ou maiores (Ibidem). Quando uma empresa é pequena há características e dinâmicas que a definem, nomeadamente por ser pequena, o que em algum momento pode ser uma mais-valia ou uma limitação. O mesmo se passa com as empresas grandes. De qualquer forma, ambas – empresas pequenas ou grandes – devem ser consideradas como tal – empresas – apesar da sua diferença de escala<sup>23</sup>.

O mesmo se aplica às cidades. Apesar de ser mais facilmente discernível e quantificável que as cidades globais sejam atores nas RI, também as cidades mais pequenas o podem ser, uma vez que independentemente da escala, as cidades pequenas também encerram nós de interligação e dinâmicas globais des-territorializadas, transfronteiriças em diferentes áreas temáticas: comércio internacional, investimento externo, exposições e espetáculos culturais, turismo, transações financeiras, movimentos sociais, mobilidade universitária, integração em redes internacionais. Claro que o tamanho e a escala condicionam a intensidade das dinâmicas e das oportunidades que surgem – daí que dinâmicas globais em escala diferente podem originar contornos específicos para cada um dos cenários – tal não alterando, porém, a sua essência globalizada. Apesar da praça financeira de Madrid não ter a mesma importância e influência que a praça financeira de Londres não retira a Madrid capacidade de interação com a esfera internacional. Do mesmo modo, a centralida-

---

<sup>23</sup> Este exemplo e construção do argumento é baseado no livro de Donald, John Brodie (2011) *Catataxis: When More of the Same Is Different*, London: Quartet Books Limited.



de de Nova Iorque, Washington DC ou Bruxelas em termos de decisão política internacional não retira importância a Genebra ou de Bilbao que também detêm sedes de organizações internacionais. Também em termos culturais, a tribo urbana *hipster* e as tendências que esta vai criando são transversais a todas as cidades globalizadas, independentemente do seu tamanho. O diferencial de intensidade é relevante para compreender a especificidade comum de cidades médias e pequenas mas não para incluir ou excluir cidades médias e pequenas da categoria analítica de “cidade global”.

## A PARADIPLOMACIA COMO UM INSTRUMENTO DE AÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES

Uma das formas através das quais as cidades se relacionam com o internacional e vice-versa é através da paradiplomacia<sup>24</sup> – abreviatura de diplomacia paralela (Tavares, 2016a). Ainda que não haja um consenso alargado sobre as especificidades do conceito, a paradiplomacia é amplamente entendida como todas as práticas diplomáticas de entidades sub-estatais, i.e., relações internacionais, formais ou informais, permanentes ou *ad hoc*, conduzidas por governos sub-nacionais com o objetivo de promover os seus próprios interesses em distintas áreas temáticas (e.g. questões socio-económicas, culturais, políticas ou de outra natureza decorrentes da sua jurisdição sub-nacional) com interlocutores estrangeiros privados ou públicos (Lecours, 2008; Cornago, 2010).

A paradiplomacia é, pois, uma expressão do alargamento do universo das Relações Internacionais para lá do Estado no que toca o reconhecimento da capacidade de “agency” dos atores. Tendo vindo a desempenhar um papel cada vez mais influente ao nível internacional (Cohn e Smith, 1996), as cidades são um dos atores que recorrem crescentemente à paradiplomacia para fazer vingar os seus interesses na esfera internacional e para trazer o internacional para as suas próprias dinâmicas internas (Aldecoa et. al., 1999; Neves, 2010; Curto *et al*, 2014; Tavares, 2016). Foi neste contexto, particularmente depois de 2004, que o termo específico “paradiplomacia das cidades” surgiu, tendo conquistado um grande interesse académico e político-institucional

---

<sup>24</sup> “There is no final consensus in academia on which term is more convenient for defining subnational governments’ external activities, and researchers usually prefer not to waste their time on terminological debates and prefer to use those concepts that look more convenient for them” (Kuznetsov, 2015: 25).

(Viltard, 2008). Por seu lado, as respostas por parte dos diferentes Estados à autonomia de ação dos atores sub-estatais numa área que tradicionalmente lhes é reservada variam (Aldecoa e Keating, 2013) dependendo das circunstâncias, contextos, lideranças e assuntos em questão.

Em termos de relação com a diplomacia do Estado, a paradiplomacia pode apoiar, complementar, entrar em conflito ou competir com a diplomacia central. Nos EUA, cidades como Nova Iorque assinaram acordos que pretendem abordar a questão das alterações climáticas, mesmo que tal pressuponha uma posição oposta à do governo estatal ou federal (Pichot, 2016). A 20 de Setembro de 2016, os presidentes da Câmara de Nova Iorque, Paris e Londres publicaram um artigo de opinião no *The New York Times* “*Our immigrants our strength*” sublinhando o valor dos imigrantes no futuro da sua cidade (Pichot, 2016), num claro passo em frente ou numa rota em contracorrente face à política estatal dos seus países<sup>25</sup>.

Duchacek (1986: 240-8), um dos primeiros autores a dedicar-se ao estudo desta área, identificou diferentes tipologias de paradiplomacia com o objetivo de sintetizar formas de interação internacional distintas nas suas áreas ou nos seus interlocutores: (1) “*paradiplomacia em contexto de regiões*”, ou seja, contactos informais entre centros com contiguidade fronteiriça e, por isso, com problemas comuns e potencialmente com possíveis soluções partilhadas; (2) “*paradiplomacia transregional*” que se prende com ligações e negociações entre governos não-centrais que não são contíguos; (3) “*paradiplomacia global*” que trata de contactos políticos com países distantes através dos seus governos centrais e/ou sub-estatais e, finalmente, a (4) “*proto-diplomacia*” que sintetiza as iniciativas e atividades que introduzem uma mensagem mais ou menos separatista nas relações económicas, sociais e culturais das cidades com países estrangeiros.

As cidades desenvolvem atividades paradiplomáticas por diversas razões, entre as quais: opção estratégica ou ideológica por políticas de proximidade, lógicas de delegação decorrentes do próprio poder local, ou pelo facto de os próprios autarcas sentirem que estão em perfeitas condições para prosseguir os seus interesses de forma autónoma face ao poder central<sup>26</sup>. Para Keohane e Nye (1971), as subunidades de governos podem ter políticas externas distintas e que não são necessariamente filtradas pela liderança estatal. A paradiplomacia das cidades é geralmente construída tendo como base as suas

---

<sup>25</sup> Ver o artigo completo em: [https://www.nytimes.com/2016/09/20/opinion/our-immigrants-our-strength.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2016/09/20/opinion/our-immigrants-our-strength.html?_r=0).

<sup>26</sup> Entrevistas a vários representantes da paradiplomacia da cidade de Lisboa.

competências e os seus interesses específicos. “A maioria das cidades (...) detém autoridade em questões como saúde, educação, transporte, cultura, turismo ou segurança pública, exigindo que eles sejam geridos dentro do espectro local-global. (...) Por outras palavras, a paradiplomacia representa a projeção no exterior das competências domésticas dos governos subnacionais” (Tavares, 2016a: 116)<sup>27</sup>, entre os quais os das cidades. Esta projeção é geralmente concretizada através de metodologias concretas da paradiplomacia das cidades, especificamente: participação em redes internacionais, acordos multilaterais, geminações entre cidades, estabelecimento de acordos e/ou protocolos específicos, iniciativas conjuntas.

Entre os fatores característicos da paradiplomacia das cidades (e que distancia a paradiplomacia da diplomacia estatal) é a sua flexibilidade em termos de práticas, discursos e instituições, assim como o seu pragmatismo, sentido de oportunidade e capacidade cirúrgica (distante da natureza cerimoniosa, institucional e protocolar da diplomacia tradicional) o que torna mais fácil satisfazer necessidades específicas (Tavares, 2016a)<sup>28</sup>.

Ainda que a realidade da paradiplomacia seja praticamente irrefutável, existe uma certa disputa em relação à terminologia utilizada para conceptualizar esta prática. Se paradiplomacia é o termo mais comum, Pluijm (2007) lança um debate com a sua proposta conceptual de “*city diplomacy*”. Para o autor, o uso de paradiplomacia evidencia um sistema principal e um sistema paralelo, o que contradiz a realidade atual em que as cidades ultrapassam muitas vezes o seu Estado em diferentes áreas temáticas, como por exemplo a financeira.

## CONCLUSÃO

A globalização tem dado forma, agenda e conferido ritmo às relações e às dinâmicas internacionais no contexto atual, desafiando o Estado enquanto princípio organizador das relações internacionais. Está, portanto, a emergir uma reconfiguração do sistema internacional marcada pela emergência de novos

---

<sup>27</sup> No original: “Most cities or states warehouse authority on issues such as health, education, transportation, culture, tourism, or public security, demanding that they are handled within the local–global spectrum. Subnational governments are concerned with what has traditionally been defined as “low policy” as distinct from “high policy” represented by the military security agenda. In other words, paradiplomacy represents the projection abroad of the domestic competencies of subnational governments (Tavares, 2016: 116).

<sup>28</sup> Um exemplo que Rodrigo Tavares dá para ilustrar este ponto é o caso do acordo de cooperação regional que Sakhalin na Rússia assinou com o poder local de Hokkaido no Japão, apesar das disputas territoriais entre a Rússia e o Japão em relação às ilhas Kurile, atualmente administradas por Sakhalin (Tavares, 2016: 118).

atores sub-estatais e supra-estatais e, sobretudo, por uma subsequente ramificação complexa das dinâmicas internacionais que passam a integrar diferentes níveis e atores. No contexto sub-estatal, as cidades globais têm desafiado a centralidade do Estado-nação de uma forma complementar, subsidiária ou oposta, afirmando-se como um dos atores das relações internacionais no sistema internacional atual. Um dos instrumentos de internacionalização que as cidades têm utilizando tem sido a paradiplomacia.

Este capítulo sublinha o papel das cidades na esfera internacional alinhando-se com diferentes autores que têm trabalhado o tema desde os anos 1990, num contexto disciplinar em que o Estado-nação continua a ser o referente principal. Porém, ainda que inovadora, a literatura existente tende a focar-se apenas nas grandes cidades globais, negligenciando as cidades médias e pequenas também elas globalizadas e internacionalizadas, e circunscreve a maior parte da sua análise às questões económico-financeiras ou da alta política. É esse o principal contributo deste capítulo: evidenciar que não só as cidades são atores internacionais como que todas as cidades encerram o potencial de serem cidades globais, devendo explorar-se a especificidade que a escala e a gradação de tamanho oferecem, bem como os desafios analíticos que lançam à disciplina e à prática das Relações Internacionais.

## Referências

- ACUTO, M. (2013), *Global Cities, Governance and Diplomacy*. The Urban Link, 12B.
- ACUTO, M. (2015), “City Diplomacy”, in Kerr, P. *et al.* (2015), *SAGE Handbook of Diplomacy*. Sage.
- ALDECOA, F. & KEATING, M.(Org) (1999), *Paradiplomacia in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments*. London and Portland: Frank Cass.
- ATTWELL, W. (2014), “The Rise of Cities as Global Actors: What Consequences for Policy?2, *Global Policy*, Volume 5, Issue 3, September 2014.
- ALDECOA, F. & KEATING, M. (eds.) (2013). *Paradiplomacy in Action: The foreign relations of subnational governments*. London: Routledge.
- ALGER, C.F. (2014), *The UN System and Cities in Global Governance*, Springer.
- ANTHONY, I. (2015), “Cities and security”, *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). Disponível em: <https://www.sipri.org/commentary/essay/2015/cities-and-security>.
- AUST, H. P. (2015) “Shining Cities on the Hill? The Global City, Climate Change, and International Law”, *The European Journal of International Law*, Volume. 26 no. 1, pp. 255–278.
- BARBER, B. (2013a) “From the US to China: the fall of nations and the rise of cities”, *The Guardian*, 24th October 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/local-government-network/2013/oct/24/benjamin-barber-fall-of-nations>.
- BARBER, B. (2013b), *If Mayors Ruled the World: Dysfunctional Nations, Rising Cities*. Yale University Press.
- BARTHWAL-DATTA, M. (2009) “Securitising threats without the state: a case study of misgovernance as a security threat in Bangladesh”, *Review of International Studies*, 35, n°2 – 277-300.
- BAYLIS, J. & SMITH, S. (2001), *The globalization of world politics*. Oxford: Oxford University Press.

- BEEKMANS, J. (2013), “Trend 5: Local Urban Culture Goes Global”, Popupcity.net, 15 Janeiro de 2013. Disponível em: <http://popupcity.net/trend-5-local-urban-culture-goes-global/>.
- BOOTH, K. (2005), *Critical Security Studies and World Politics*, Boulder: Lynne Rienner.
- BOUTELIGIER, S. (2013), *Cities, Networks, and Global Environmental Governance. Spaces of Innovation, Places of Leadership*. Routledge.
- CALDER, K. & FREYTAS, M. (2009), “Global Political Cities as Actors in Twenty-first Century International Affairs”, *Review of International Affairs*, Volume 29, Number 1, Winter-Spring 2009, pp. 79-96.
- COHN, T. H. & SMITH, P. J., 1996. “Subnational Governments as International Players: Constituent Diplomacy in British Columbia and the Pacific Northwest.” *BC Studies* 110: 25–59.
- CORNAGO, N. (2010). On the normalization of sub-state diplomacy. *The Hague Journal of Diplomacy*, 5(1/2), 11-36. doi: 10.1163/187119110X12574289877281
- COX, K. R. (1998), “Spaces of Dependence, Spaces of Engagement and the Politics of Scale.” *Political Geography* 17, no. 1.
- CURTIS, S. (2010), “Global Cities and the Transformation of the International System.” *Review of International Studies*, 37, no. 4.
- CURTIS, S. (2014), “Introduction”, in Curtis, S. (org.) (2014), *The Power of Cities in International Relations*. Nova Iorque: Routledge.
- CURTO, H. S.; MOITA, L.; BRITO, BRÍGIDA R.; QUINTAS, C.; GALITO, M. S. (2014). “Cidades e Regiões: a paradiplomacia em Portugal”. *Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 5, N.º 2, novembro 2014-Abril 2015. Disponível em: [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol5\\_n2\\_not1](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol5_n2_not1).
- DONALD, J. B. (2011), *Catataxis: When More of the Same Is Different*, London: Quartet Books Limited

- DUCHACEK, I. (1986), *The Territorial Dimension of Politics: Within, Among, Across Nations*, Boulder: Westview Press.
- ESLAVA, L. (2014), “Istanbul vignettes: observing the everyday operation of international law”, *London review of international law*, vol.2(1), pp. 3-47.
- GILPIN, R. (1981), *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KEOHANE, R.O., E NYE, J.S. (1987), “Power and Interdependence Revisited”, *International Organization*, 41(4), pp. 725–753.
- KEATING, M. (1999), “The rise of paradiplomacy” in Aldecoa, F. e Keating, M. (1999) *Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments*. London e Portland: Frank Cass.
- KEOHANE, R. O. & NYE, J. S JR (2012 [1997]), *Power and Interdependence*, 4th edition.
- KEOHANE, R. O. & NYE, J. S. JR (Eds.), (1971), “Transnational Relations and World Politics”, *International Organization*, 25:3 (Summer) 329.
- KISSACK, R. (2013), “Introducción: ciudades y espacios urbanos en la política internacional”, *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n.104, pp 7-18.
- LEROY, M. (1978), *Population and world politics. The interrelationships between demographic factors and international relations*. The Hague: The Netherlands Interuniversity Institute.
- LECOURS, A. (2008), “Political issues of paradiplomacy: lessons from the developed world [Discussion Paper N° 113]”, *Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’*, The Hague, The Netherlands.
- LIU, A. & DONAHUE, R. (2013), “Chicago and Mexico cut new kind of trade deal”; Brookings Institution blog post [online]. Disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/the-avenue/posts/2013/11/18-chicago-mexico-city-liu-donahue>.
- LJUNGKVIST, (2014) “The Global City – From Strategic Site to Global Actor”, in Curtis, S. (ed.) (2014), *The Power of Cities in International Relations*. Nova Iorque: Routledge.

- MEARSHEIMER, J. (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*. New York and London: W. W. Norton.
- MILANI, C. & RIBEIRO, M. (2011), "International Relations and the Paradiplomacy of Brazilian Cities: Crafting the Concept of Local International Management", *Brazilian Administration Review*, Curitiba, v.8, n.1, art. 2, pp. 21-36, Jan./Mar.
- NEVES, M. S. (2010), "Paradiplomacia, Regiões do Conhecimento e a Consolidação do 'Soft Power' ". *Janus.Net*, Vol. 1, N.º 1, Outono, pp. 12-32.
- NYE, J. S. (2004), *Soft Power: the means to success in world politics*, New York City: Public Affairs.
- PICHOT, J. (2016), "Paradiplomacy, or how cities talk to each other and get things done", *Medium-com*, 15 Outubro 2016. Disponível em: <https://medium.com/cusp-civic-analytics-urban-intelligence/paradiplomacy-or-how-cities-talk-to-each-other-and-get-things-done-9149cee5295d#.8uy4qnpd>.
- PLUIJM, R. (2007), "City Diplomacy: The expanding role of cities in international politics", *Clingendael Diplomacy Papers*, nº 10, The Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.
- POLICY HORIZONS CANADA (2014), "The Rise of 'Para-Diplomacy': The Implications of Increasing Sub-national Relations on Trade and Diplomacy". Disponível em: <http://www.horizons.gc.ca/eng/content/rise-para-diplomacy-implications-increasing-sub-national-relations-trade-and-diplomacy>
- SASSEN, S. (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press.
- SASSEN, S. (2002) (ed.) *Global Networks: Linked Cities*. New York: Routledge.
- SASSEN, S. (2005), "The global city: Introducing a concept", *Brown Journal of World Affairs*, Volume XI, Nº 2.
- SASSEN, S. (2007), *A Sociology of Globalization*. New York: Columbia University.
- SASSEN, S. (2012), "Cities", *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization*.



- STRANGE, S. (1995) *The Defective State*, Daedalus, Vol. 124, n°2, What future for the state?, Spring, 1995, pp. 55 – 74.
- TAVARES, R. (2013) “Foreign Policy Goes Local: How Globalisation Made Sao Paulo into a Diplomatic Power”, *Foreign Affairs*, 9 October. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/140091/rodrigo-tavares/foreign-policy-goes-local>.
- TAVARES, R. (2016a), *Paradiplomacy: Cities and States as Global Players*, Oxford: Oxford University Press.
- TAVARES, R. (2016b), “Forget the nation-state: cities will transform the way we conduct foreign affairs”, *World Economic Forum*. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/10/forget-the-nation-state-cities-will-transform-the-way-we-conduct-foreign-affairs/>.
- UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (UNDESAPD) (2014). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights* (ST/ESA/SER.A/352).
- VILTARD, Y. (2008), “Conceptualiser la « diplomatie des villes », ou l’obligation faite aux Relations Internationales de penser l’action extérieure des gouvernements locaux”, *Sciences Presses de Sciences Po | Revue française de science politique*, Vol. 58, n° 3, pp. 511 à 533. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2008-3-page-511.htm>.
- WHO (s/d) Global Health Observatory data, [http://www.who.int/gho/urban\\_health/situation\\_trends/urban\\_population\\_growth\\_text/en/](http://www.who.int/gho/urban_health/situation_trends/urban_population_growth_text/en/).